MF ADVISOR · RADAR SEMANAL DO AGRO

A safra já está no chão. A conta que a financia vence antes da colheita.

Entre 6 e 13 de outubro saiu tudo o que uma projeção de 2026/27 precisa: premissa de câmbio, dinheiro para custear, preço do litro e tamanho do risco. O prazo de trinta dias da subvenção ao diesel A rodoviário se esgota na semana do segundo turno; a desoneração da gasolina e a subvenção ao etanol vencem em 9 de novembro; a premissa de câmbio é redatada depois de 25 de outubro. A colheita que essa conta paga começa em janeiro, e o risco medido pela NOAA vai até 31 de março — 169 dias da data desta edição. Uma linha da conta atravessa a safra inteira, e é a única que ninguém administra.

EDIÇÃO 09 · 13 DE OUTUBRO DE 2026

Como derrubar esta edição: aponte, dentro da janela, um número desta conta, vindo de ato do Estado ou de contraparte, com validade publicada que alcance janeiro de 2027. Foram testados sete, todos nomeados adiante.



Foto: *SojaBrasnorte*, lavoura de soja em Brasnorte (MT), Marcelo Camargo/Agência Brasil, CC BY 3.0 BR, via Wikimedia Commons; recortada e tratada.

MF ADVISORS
RESEARCH

O relógio da conta, e a premissa que vence primeiro

Quinze por cento da área de soja já está plantada. O que ainda se decide em outubro não é o que plantar — é o que travar, e por quanto tempo cada número usado para travar continua valendo.

Em sete dias a área plantada de soja no Brasil saiu de 7% para 15%, e a própria AgRural atribui o salto a uma boa rodada de chuvas. É **empate** com o mesmo ponto de 2025, quando a área estava em 14%, e não vantagem: uma semana antes o plantio estava atrás do ano anterior pela primeira vez na temporada.

O relógio desta edição tem quatro linhas: o preço de venda, o dinheiro para executar, o custo por litro e o tamanho do risco. Cada página adiante é uma delas.

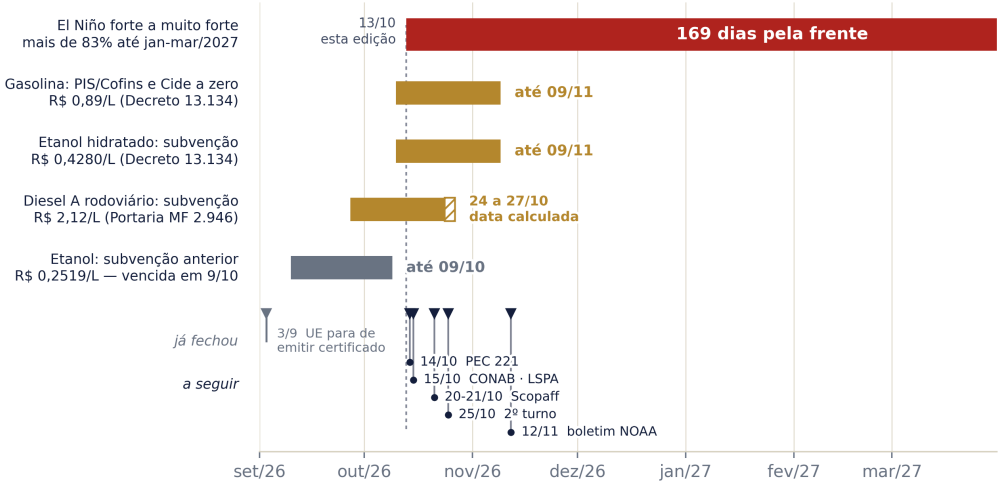
A primeira linha é a mais curta, e é a que converte todas as outras. A média das projeções de câmbio para 2026 recolhidas pelo Banco Central saiu de **R$ 5,1897** em 2 de outubro para **R$ 5,1355** em 9 de outubro. Entre as instituições que responderam nos últimos cinco dias úteis, o movimento é maior: de R$ 5,1814 para **R$ 5,0484**. A premissa cambial de qualquer conta feita hoje já incorpora o primeiro turno — e vai ser redatada depois de 25 de outubro, antes de a safra sair do chão.

Quem assina o Plano Safra 2027/28 e a equalização de juros é quem tomar posse em 1º de janeiro de 2027. A prorrogação das subvenções de combustível, não: a vigência delas termina em 9 de novembro, e quem prorroga, ou não, é o governo em exercício.

GRÁFICO 1

O risco vai até março. Nenhuma proteção publicada nesta semana alcança a colheita.

vigência de cada medida · barra só quando o ato escreve início e fim · 1/9/2026 a 31/3/2027



Fonte: Planalto (Decretos 13.134, 13.127 e 13.119) e DOU (Portaria MF 2.946, de 25/9/2026). Horizonte do risco por cálculo MF sobre os trimestres do boletim da NOAA/CPC de 8/10/2026 — não é texto legal. A subvenção de R$ 1,40/L ao diesel importado foi anunciada em 9/10 e não tinha ato publicado em 13/10: por isso não há barra. Elaboração: MF Advisor

Nota de régua. Publicamos a **média** do Focus, e não a mediana. O Banco Central usa a mediana como número de manchete, e ela vai declarada: mas com cerca de 110 instituições empilhadas no número redondo, a mediana ficou cravada em R$ 5,2000 de 25 de setembro a 8 de outubro e só rompeu em 9 de outubro, enquanto a média caiu em todas as sessões — para a pergunta desta edição, ela atrasa quatro sessões. A dispersão não é pequena: em 9 de outubro os respondentes estavam entre R$ 4,50 e R$ 5,45, com desvio-padrão de 0,1612 e n = 111. Em separado: a queda de 4,55% da PTAX venda (R$ 5,2238 para R$ 4,9859) ocorreu entre 2 e 5 de outubro, **antes** da janela desta edição, e já foi publicada no placar da Ed.08; dentro da janela a PTAX andou entre R$ 4,9698 e R$ 5,0119.

Quem ainda compra, e com que dinheiro se executa

A premissa converte dólar em real; ela só vale se houver dólar entrando. Em setembro um comprador fechou a porta com validade até 2027, e os substitutos cobriram um terço.

O Brasil embarcou **10,9 mil toneladas** de carne bovina in natura à China em setembro, contra 187,2 mil toneladas um ano antes. Fora da China o embarque subiu de 127,4 mil para 184,3 mil toneladas, alta de 44,69%, e o preço médio do total embarcado subiu 11,87%, de US$ 5,6179 para US$ 6,2847 por quilo. As duas coisas são verdadeiras e descrevem metades diferentes do mês.

A conta que as reconcilia é esta: a China deixou de comprar **176,4 mil toneladas** e os demais destinos compraram **56,9 mil toneladas** a mais. A reposição cobriu **32%** do volume perdido. O embarque total de carne in natura caiu de 314,6 mil para 195,19 mil toneladas, **38,0% a menos**, e a receita do mês caiu **30,6%**, de US$ 1,7675 bilhão para US$ 1,2267 bilhão. Na cesta mais larga da Abiec, que inclui processados, o volume caiu 35,1% e a receita, 27,6%.

Houve comprador; não houve comprador para todo o volume. O presidente da Abiec diz o mesmo com outras palavras: os outros mercados "ainda não são capazes de substituir automaticamente a demanda chinesa". O ganho de receita do ano — 14,07% sobre um volume 1,53% menor — é de nove meses, e foi feito nos meses em que a porta estava aberta.

Nas aves, o colchão era de outro tipo e já venceu. As 43,5 mil toneladas embarcadas à União Europeia em setembro, dentro de um total de 500,3 mil toneladas, incluem carga certificada até 2 de setembro; a emissão parou no dia seguinte. Setembro não mede o bloqueio. E o calendário europeu não é nosso: o Brasil está no **item A.03 da Seção A** da pauta do comitê permanente da Comissão Europeia para controles e condições de importação, reunião de 20 e 21 de outubro — e a Seção A é a de **informação e discussão**. A pauta trata de "animais e produtos de origem animal"; o recorte de aves e mel é do Ministério da Agricultura. A decisão é da Comissão, em ato posterior.

Com que dinheiro se executa a conta

As duas portas do crédito se estreitaram ao mesmo tempo. A folga que existe está no orçamento, não no caixa.

Definido o teto, a pergunta é com que dinheiro se executa o custo que esse teto tem de cobrir. O trimestre que acabou de fechar já respondeu. O crédito à agricultura empresarial somou **R$ 107,1 bilhões** entre julho e setembro, contra R$ 154,3 bilhões no mesmo trimestre do ciclo anterior, em 116.274 contratos. Pelas linhas tradicionais, com todos os portes, foram R$ 80 bilhões contra R$ 113,4 bilhões, e os contratos caíram de 717,6 mil para 555,3 mil.

A hipótese natural seria a de que o produtor expulso do crédito oficial tivesse migrado para o título privado, e ela não se sustenta — mas a aritmética exige mais precisão do que a leitura corrente. A CPR caiu de R$ 68,3 bilhões para **R$ 50,3 bilhões**, 26,3% a menos. Só que a perna oficial do crédito empresarial caiu mais, **33,9%**, de modo que a participação da CPR no crédito ao médio e grande produtor **subiu** de 44,3% para 46,9%. Não houve crescimento do título privado; houve ganho de participação dentro de um bolo menor. O investimento, que o próprio Ministério da Agricultura registra como naturalmente lento no início de ciclo, ficou em R$ 7,4 bilhões contra R$ 11,9 bilhões.

Há uma folga, e ela é de papel. Dos **R$ 97,6 bilhões** programados em linhas com juro equalizado pelo Tesouro até junho de 2027, R$ 20,4 bilhões foram concedidos no trimestre. É a única linha desta conta com horizonte maior que a safra — e é programação orçamentária, não contrato que o produtor possa assinar. O mesmo descompasso aparece um degrau antes da porta da fazenda: no Brasil Soberano 3, a indústria de fertilizantes protocolou R$ 2,9 bilhões, teve R$ 1,7 bilhão aprovado e havia recebido R$ 200 milhões até 1º de outubro, cerca de 7% do que pediu — números que o BNDES informou à imprensa sem release público, e que entram com essa ressalva.

Quem não alcança juro equalizado paga o crédito de mercado, e o preço dele se forma na decisão de juros. O IPCA de setembro foi de 0,82%, levando o acumulado de doze meses a 4,58%, acima do teto de 4,5% da meta. *Essa ligação é leitura nossa, não medição* — e a pressão do mês veio de olericultura, não de grão.

Nota de régua. O Comex Stat mede carne **in natura** em peso de produto na saída da origem; a Abiec mede **todos os produtos**, incluindo processados. As duas caem no mês, em magnitudes próximas, e nenhuma se converte na outra. Setembro do Comex Stat está sujeito a retificação pela Secex. A alta de 44,69% fora da China e a queda de 38,0% no total são o mesmo mês: a primeira incide sobre uma base menor, e é por isso que a reposição fica em 32%.

Nota de régua. O release do Ministério da Agricultura de 9 de outubro traz os **níveis** de 2026/27 e **nenhuma** comparação com o ciclo anterior. Todas as comparações desta página vêm de duas reportagens do Globo Rural; a das linhas tradicionais sai do Sicor/Banco Central compilado pelo Valor, com extração em 6 de outubro, e a própria fonte a declara parcial e sujeita a mudar. Os três universos não se somam: R$ 80 bilhões são as linhas tradicionais de todos os portes e incluem o Pronaf; R$ 107,1 bilhões são médios e grandes em linhas mais CPR, sem Pronaf; e os R$ 50,3 bilhões de CPR estão **dentro** dos R$ 107,1 bilhões.

A que preço, e quem segura o preço

Dos custos que a semana publicou, dois são administrados por prazo curto, um foi apenas prometido, e dois não têm administrador nenhum.

Em 9 de outubro saíram **dois atos e um anúncio**. O Decreto 13.134 zera PIS/Cofins e Cide da gasolina de 10 de outubro a 9 de novembro, levando a redução de R$ 0,6325 para **R$ 0,89 por litro**, e eleva a subvenção ao etanol hidratado de R$ 0,2519 para R$ 0,4280 por litro, diferença de 69,91%. É ampliação de proteção existente, não proteção nova: desde 10 de setembro já vigia o Decreto 13.116, com redução de R$ 0,63 por litro. A Medida Provisória 1.395 abre R$ 7,52 bilhões de crédito extraordinário ao Ministério de Minas e Energia, repartidos entre R$ 6,17 bilhões para o diesel rodoviário e R$ 1,35 bilhão para os demais derivados, pagando medidas provisórias já caducadas — é dotação orçamentária, não desconto na bomba.

O terceiro não é ato. A subvenção adicional de **R$ 1,40 por litro** ao óleo diesel A de uso rodoviário **importado**, por trinta dias, com custo estimado pelo Ministério da Fazenda em R$ 1,6 bilhão, foi anunciada em 9 de outubro às 18h37, "por meio de uma portaria a ser publicada na terça-feira (13/10)". Em 13 de outubro essa portaria não constava do Diário Oficial. É medida anunciada a dezesseis dias do segundo turno, com prazo prometido e não cumprido no dia prometido. Quando sair, vale para o litro importado, cerca de um terço do diesel consumido no país: somá-la aos R$ 2,12 para descrever o litro nacional produziria um número que não existe.

E o prazo que de fato importa não está em nenhum dos três. A subvenção em vigor ao diesel A rodoviário é de **R$ 2,12 por litro** e vem da Portaria MF 2.946, de 25 de setembro, que entrou em vigor em 27 de setembro e vale por trinta dias. A portaria não escreve a data final, e há dois marcos de contagem: a Medida Provisória 1.391 conta da data de edição do ato e a portaria conta do início da vigência. **O prazo se esgota entre 24 e 27 de outubro** — na semana do segundo turno. Nenhuma prorrogação havia sido publicada até 13 de outubro, e prorrogar depende de ato novo do Ministro da Fazenda. A motivação declarada nesses atos é o petróleo e o abastecimento — o Ministério da Fazenda justifica a subvenção ao diesel importado pela necessidade de "assegurar a continuidade das importações", com estoque nacional equivalente a cerca de quinze dias de demanda.

A única medição de repasse disponível é desfavorável. Na semana de 4 a 10 de outubro o óleo diesel **B S500** na bomba subiu de R$ 6,90 para **R$ 6,98** por litro, alta de 1,16%, em 1.835 postos pesquisados. A coleta correu de 5 a 9 de outubro, antes de o decreto entrar em vigor: a semana é linha de base, não efeito. E o diesel subiu oito centavos **apesar** da subvenção de R$ 2,12 por litro, que já estava valendo.

Nota de régua. A semana da ANP **mede o problema, não o remédio**: a coleta correu de 5 a 9 de outubro e o Decreto 13.134 só vige a partir de 10. A gasolina a R$ 6,54 (–0,15%) e o etanol a R$ 4,14 (+0,24%) são preço pré-decreto; a primeira semana sob o decreto sai por volta de 20 de outubro. O produto acima é o **S500**, não o S10 — o diesel destacado pela Síntese Semanal da Agência, que subiu 0,14% para R$ 7,36 —, e os 1.835 postos são a amostra de uma semana só (a anterior teve 1.886).

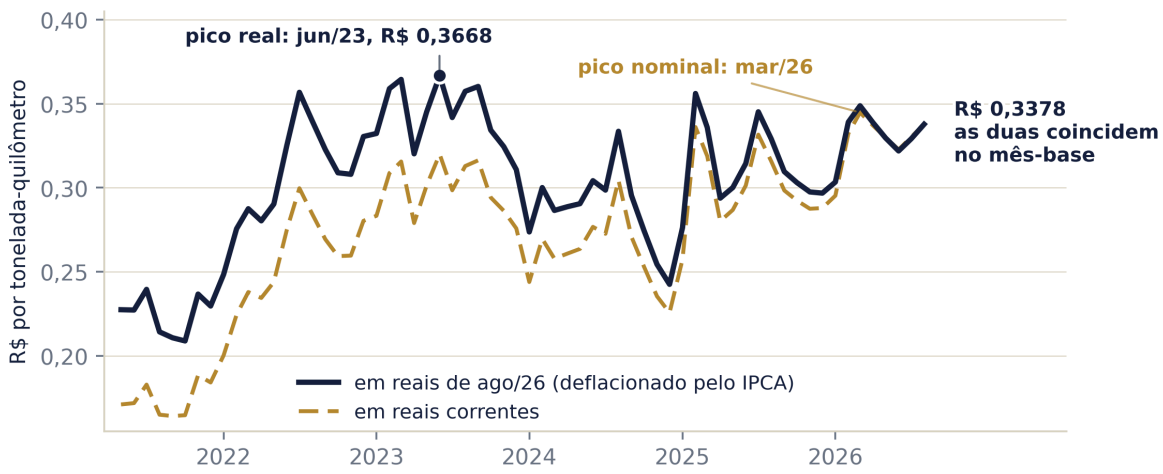
A linha que atravessa a safra

O frete real está parado há dois anos — e é a única linha desta conta que ninguém pode desligar.

Nos fertilizantes a cesta se partiu: a ureia está em US$ 407,50 por tonelada, 11,62% mais barata em doze meses, e o DAP em US$ 800,60, 2,56% mais caro.

Resta a linha que atravessa a safra, e é a única da conta sem data de desligamento. Em reais correntes, a mediana do frete rodoviário de grãos está em **R$ 0,3378** por tonelada-quilômetro, 105,88% acima do piso da série. Deflacionada pelo IPCA, a alta contra o piso real é de 61,84% — e aí o movimento recente desaparece: o frete real subiu **2,68% em doze meses**, 1,26% em vinte e quatro, e está 7,88% **abaixo** do pico real, que é de junho de 2023, não de 2026. A manchete nominal descreve o índice de preços. O frete, em termos reais, está parado — e ninguém o desliga.

GRÁFICO 2



Fonte: CONAB, pesquisa de frete rodoviário de grãos — mediana de 158 rotas em 08/2026, régua PESQUISA; deflator IPCA, BCB/SGS 433; base própria MF Advisor, carga de 12/10/2026. Elaboração: MF Advisor

Nota de régua. No frete a régua é a **mediana**, pelo motivo oposto ao do câmbio: são 158 rotas de distâncias muito diferentes, com cauda longa e composição que muda a cada mês. A média de agosto seria R$ 0,3636, e com ela o frete real apareceria *caindo* 2,21% em doze meses em vez de subindo 2,68%. Parte do movimento é composição, não preço; quem vende na porta da fazenda não contrata esse frete; e a série termina em agosto porque setembro só tem a régua CONTRATO, 15,3% abaixo da PESQUISA no mesmo mês — agrupar as duas publicaria uma queda de 29,9% que não existe. E as duas altas não são a mesma conta: +105,88% é contra o piso nominal (set/2021) e +61,84% contra o piso real (out/2021); a mesma ponta deflacionada dá +60,33%.

O risco, e o que ele cobra depois de março

O que o Estado administra tem prazo de trinta dias. O que o mercado define não tem prazo nenhum. O que ninguém administra vai até março.

O boletim do Climate Prediction Center de 8 de outubro é o único **diagnóstico mensal** do fenômeno dentro da janela — houve atualização semanal em 7 de outubro. Na régua relativa, os índices marcaram +2,06 °C em Niño-3.4, +2,97 °C em Niño-3 e +3,94 °C em Niño-1+2, com anomalias convencionais acima de +4,0 °C em partes do Pacífico equatorial leste. O próprio CPC escreve que "a maior parte" dos índices subiu, e não todos: o **Niño-4 caiu**, de +0,10 para −0,02 na mesma régua.

Na régua que o boletim usa para definir evento histórico, a chance de o trimestre outubro-dezembro superar todo El Niño desde 1950 é de **83%**, contra 54% em setembro-novembro e 70% em novembro-janeiro.

O que mudou em um mês não foi só a probabilidade, e mudou nas duas direções. Em 10 de setembro o CPC dava 75% para outubro-dezembro e mais de 90% de chance de um evento **muito forte** no outono-inverno do Hemisfério Norte. Em 8 de outubro o primeiro número subiu para 83%, e o segundo **caiu** para mais de 83%, com a categoria **alargada** para "forte a muito forte" e o horizonte estendido até janeiro-março de 2027.

Escala importa. Na série do RONI, com 920 pontos desde 1950, o máximo é +2,40 °C, em dezembro-fevereiro de 1982/83; 1997/98 vem com 2,28 e 2015/16 com 2,25. A leitura medida mais recente é de +1,69 °C, contra limiar de 2,50. Nenhum recorde foi batido. A próxima medição sai em **12 de novembro**, depois de vencidas quase todas as linhas desta conta — e o risco cobra fora da janela que esta semana mediu: o teste do El Niño na soja é o enchimento de grão, entre dezembro e fevereiro.

Nota de régua. O boletim usa **dois números de 83%** que não são o mesmo: um é a chance de o trimestre outubro-dezembro exceder todo El Niño desde 1950 na régua do RONI; o outro é a chance de o evento seguir forte a muito forte até janeiro-março. Esta edição publica os dois, cada um com o período nomeado, e o Gráfico 1 carrega o segundo. E há **duas réguas de temperatura** no mesmo parágrafo: os índices de Niño são **relativos** — a anomalia menos a média dos trópicos, climatologia 1991-2020 —, enquanto o "+4,0 °C" é anomalia convencional. Na régua convencional, o mesmo Niño-3.4 marcaria +2,84 °C. Fonte das duas séries: NOAA/CPC, `rel_mthsst9120.txt` e `sstoi.indices`, lidas em 13/10/2026.

O que esta edição não mede, e quando cada lacuna fecha. Se a subvenção chegou à bomba: a semana da ANP de 11 a 17 de outubro, que sai por volta do dia 20. A inadimplência de setembro: o Banco Central ainda não publicou, e a série para em agosto. O outubro das aves, primeiro mês inteiramente exposto: sai em novembro. E o efeito do segundo turno sobre a premissa de câmbio: depois de 25 de outubro.

EM UMA FRASE

A conta da safra 2026/27 saiu inteira nesta semana, e a única linha que atravessa a colheita é a que ninguém administra.

A conta inteira, e até quando cada linha vale

Lido de cima a baixo pela coluna "vale até", o placar é o argumento desta edição.

RECEITA

LINHA DA CONTA	NÚMERO	RÉGUA E RECORTE	QUEM DEFINE	VALE ATÉ	FONTE
Premissa de câmbio	**R$ 5,0484**	média, 2026, últimos 5 dias úteis, n = 40	mercado	**redatada após 25/10**	BCB, Expectativas
Premissa de câmbio	**R$ 5,1355**	média, 2026, 30 dias, n = 111	mercado	**redatada após 25/10**	BCB, Expectativas
Dólar à vista	**R$ 4,9859**	PTAX venda, 05/10 — sessão anterior à janela	mercado	**diário**	BCB, SGS 1
Carne bovina à China	**10,9 mil t**	set/26 contra set/25, in natura, –94,19%	contraparte estrangeira	**cota reabre em 2027**	Comex Stat
Carne aos demais destinos	**184,3 mil t**	mesma régua, +44,69% — repôs 32% do perdido	mercado	**sem data**	Comex Stat
Receita do mês, in natura	**US$ 1,2267 bi**	set/26 contra set/25, –30,6%	mercado	**mensal**	Comex Stat

DINHEIRO PARA EXECUTAR

LINHA DA CONTA	NÚMERO	RÉGUA E RECORTE	QUEM DEFINE	VALE ATÉ	FONTE
Crédito à agricultura empresarial	**R$ 107,1 bi**	jul-set de 2026/27, linhas + CPR, sem Pronaf	Estado e bancos	**trimestre fechado; próxima leitura em janeiro**	Mapa, 9/10/2026
Cédula de Produto Rural	**R$ 50,3 bi**	mesmo trimestre, –26,3%; participação de 44,3% para 46,9%	mercado	**sem data**	Mapa e Globo Rural
Equalizáveis concedidos	**R$ 20,4 bi**	de R$ 97,6 bi programados até jun/2027	Estado	**programação, não caixa**	Mapa, 9/10/2026

CUSTO

LINHA DA CONTA	NÚMERO	RÉGUA E RECORTE	QUEM DEFINE	VALE ATÉ	FONTE
Subvenção ao diesel A rodoviário	**R$ 2,12/L**	vigente desde 27/09, por trinta dias	ato do Estado	**24 a 27/10 — data calculada**	Portaria MF 2.946
Adicional ao diesel importado	**R$ 1,40/L**	30 dias, só o litro importado	ato do Estado	**sem vigência: a portaria prometida para 13/10 não saiu**	MF, nota de 9/10
Desoneração da gasolina	**R$ 0,89/L**	contra R$ 0,6325/L no período anterior	ato do Estado	**09/11/2026**	Decreto 13.134
Subvenção ao etanol hidratado	**R$ 0,4280/L**	contra R$ 0,2519/L, +69,91%	ato do Estado	**09/11/2026**	Decreto 13.134
Diesel B S500 na bomba	**R$ 6,98/L**	semana de 04-10/10, +1,16%, coleta de 05 a 09/10	mercado	**linha de base: pré-decreto**	ANP, LPC
Frete rodoviário de grãos, real	**R$ 0,3378/t-km**	ago/26, mediana de 158 rotas, +1,26% em 24 meses	mercado	**sem data de desligamento**	CONAB + IPCA/SGS 433
Ureia e DAP	**US$ 407,50 · 800,60**	set/26, –11,62% e +2,56% em 12 meses	mercado	**mensal**	Banco Mundial

RISCO

LINHA DA CONTA	NÚMERO	RÉGUA E RECORTE	QUEM DEFINE	VALE ATÉ	FONTE
El Niño, evento histórico	**83%**	out-dez/2026, RONI de 3 meses ≥ +2,5 °C	ninguém	**próxima medição em 12/11**	NOAA/CPC
El Niño, intensidade	**mais de 83%**	forte a muito forte até jan-mar/2027	ninguém	**169 dias desta edição**	NOAA/CPC

Fontes do placar, e só elas: Banco Central (Expectativas e SGS 1), MDIC/Secex (Comex Stat), Ministério da Agricultura, Globo Rural, Portaria MF 2.946, nota do Ministério da Fazenda de 9/10/2026, Decreto 13.134, ANP, CONAB com deflator IPCA/SGS 433, Banco Mundial e NOAA/CPC.

A leitura do MF Research

A Edição 08 fechou dizendo que, sem apólice, o risco volta como dívida. Esta semana a conta inteira apareceu, e o que ela mostra é mais específico: o que o Estado administra tem prazo de trinta dias, o que o mercado define não tem prazo nenhum, e o que ninguém administra vai até março.

Há um caso em que já dá para ver o fim dessa história. O contencioso do setor sucroalcooleiro — um setor cujo preço o Estado administrou por décadas — está hoje classificado como risco provável de **R$ 103,4 bilhões**, 17,4% de todo o risco provável da União, que soma R$ 593,0 bilhões, em posição de 30 de junho de 2025. Em 8 de outubro a Advocacia-Geral da União protocolou no Supremo a Petição 127700, pedindo a suspensão nacional das execuções; nada havia sido deferido até 13 de outubro. *Absorver não extingue: transfere e adia* — e isso é leitura nossa, não medição. Registre-se o que separa os dois casos: aquele é contencioso de preço administrado, de décadas atrás, e **não** é resíduo das subvenções de 2026.

Correção da Edição 08

O QUE A ED.08 DISSE	O QUE A FONTE DIZ	CAUSA
O El Niño em formação poderia superar 1997/98 e 2015/16.	Na série do RONI do Climate Prediction Center, que começa em 1950 e é a régua do próprio boletim, o evento a superar é **1982/83, com +2,40 °C**; 1997/98 vem com 2,28 e 2015/16 com 2,25.	A comparação foi feita pelos eventos mais citados, não pela série que define o limiar.
A Europa "marcou a decisão" para 20 e 21 de outubro, e a decisão é do Scopaff.	A pauta publicada traz o Brasil como **item A.03 da Seção A**, de informação e discussão. A decisão é da Comissão Europeia, em ato posterior.	A data da reunião foi lida como data da decisão.
O placar trouxe "–4,12% no dia" ao lado da PTAX de R$ 4,9859.	Os –4,12% são a variação do **dólar à vista** no fechamento; a **PTAX venda** caiu **4,55%**, de R$ 5,2238 para R$ 4,9859.	Duas séries de câmbio no mesmo campo do placar.

Divergência declarada, e não silenciada: a imprensa, citando o Ministério da Agricultura, descreve votação por maioria simples no Scopaff. A pauta publicada não traz item de votação sobre o Brasil.

O que não entrou, e por quê

A regra desta edição: ou o número está validado contra a fonte, ou a fonte de quem o afirmou está citada. Sem uma das duas, não vai à peça.

ITEM	POR QUE SAIU
Algodão do 3º trimestre e café de janeiro a setembro	sem consulta reproduzível ao Comex Stat nesta rodada
Cota chinesa em "1,106 milhão de t, equivalente carcaça"	sem documento da alfândega chinesa; a fonte disponível escreve "cerca de 1,1 milhão de t", sem régua — e a nota de unidade sai junto
Marco "29/09, cota cheia" no Gráfico 1	sem registro primário, e a Abiec atribui setembro à salvaguarda em vigor, não a um dia
Preço médio do frango, US$ 1.967,22/t	é cálculo próprio apresentado como número da ABPA, e não há release de agosto para a comparação
R$ 255,3 bi da estimativa da AGU	existe, mas é outra régua — pretensão executória com juros, só das ações em fase de execução, em outubro de 2026 —, vem de imprensa que diz ter acesso à petição, e é contestado por cálculo de mercado perto de R$ 142 bi

SOBRE

Sobre o MF Research. O MF Research é a frente de análise independente do agronegócio da MF Advisor. O Radar é um boletim semanal que resume as notícias da semana que mexem na margem da safra, com leitura analítica e dado rastreado até a fonte primária quando ela existe, e com o intermediário nomeado quando não. Não é recomendação de investimento nem de comercialização.

Conteúdo desenvolvido com curadoria técnica em parceria com o CIAgros/UFLA — Prof. Luiz Gonzaga de Castro Júnior (Chefe do Depto. de Gestão do Agronegócio, UFLA), Prof. Patrick Fernandes Lopes (Professor efetivo do mesmo departamento, linha de Gestão de Riscos Agropecuários; CFP) e Matheus Mangia (Mestre em Administração — UFLA, linha de Negócios Globais e Finanças Corporativas).

Reedição. Esta edição foi reeditada em 13 de outubro de 2026, no mesmo dia, depois de uma conferência técnica contra as fontes primárias. Mudaram quatro coisas: a leitura da carne bovina, que agora publica a queda do mês e a parcela do volume efetivamente reposta; o nexo entre o El Niño e as medidas de combustível, que saiu porque nenhum ato o declara; o vencimento da subvenção ao diesel, que passou a ser publicado como faixa calculada e não como data; e a procedência dos números do crédito, que vêm de imprensa e não do balanço do Ministério. A versão anterior circulou e fica registrada aqui.

Imagens. Capa: *SojaBrasnorte*, lavoura de soja em Brasnorte (MT), Marcelo Camargo/Agência Brasil, CC BY 3.0 BR, via Wikimedia Commons. Faixa da página 02: *Dry Cracked Mud*, Andrew Cattoir, National Park Service, domínio público — textura ilustrativa registrada em Lake Mead, Estados Unidos, **não é foto do Brasil**. Faixa da página 04: acervo MF Advisor.

Publicado na semana e fora desta conta. PEC 221/2019, que reduz a jornada de 44 para 40 horas em dois degraus, pautada no Senado para 14 de outubro — custo com data e ainda sem preço: as emendas é que não trouxeram estimativa de impacto setorial. Biodiesel obrigatório em 15% de cada litro de diesel, fora dos dois atos da semana.

O calendário da Ed.10. 14/10 PEC 221 no Senado · 15/10 CONAB, 1º levantamento da 2026/27, e LSPA de setembro · por volta de 20/10 a semana da ANP sob o decreto · 20-21/10 Scopaff · 25/10 segundo turno · 12/11 boletim da NOAA · novembro, os testes de mistura do biodiesel.

Como esta edição foi filtrada. 699 itens lidos, 403 candidatas, 36 levantadas, 24 ao refutador, 12 sobreviventes.

Material informativo; não constitui recomendação de investimento, jurídica ou tributária. Dados citados com fonte e data. Edição fechada em 13 de outubro de 2026, com janela de notícias de 6 a 13 de outubro. © 2026 MF Advisor · Fabrício Mangia Marques.